

1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE EXTENSÃO E CULTURA DA UNIVERSIDADE**  
2 **FEDERAL DE SÃO PAULO (COEC), REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2016.** Aos treze dias  
3 do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de São Paulo, sito à Rua Sena  
4 Madureira, nº 1500, no Auditório térreo da Reitoria da Unifesp, reuniram-se os senhores membros do  
5 Conselho de Extensão e Cultura da UNIFESP - COEC, sob a presidência da Pró-Reitora de  
6 Extensão e Cultura, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Florianita Coelho Braga Campos. Estiveram presentes: João Baptista  
7 Gomes dos Santos, Anderson da Silva Rosa, Sylvia Helena Souza da Silva Batista, Mariana Chaves  
8 Aveiro, Katiucia Danielle dos Reis Zigiotto, Maria Elizete Kunkel, Ilana Seltzer Goldstein, Sergio  
9 Stoco, Ligia Ajaimé Azzalis, Júlio César Zorzenon Costa, Fábio Veiga de Castro Sparapani, Solange  
10 Guizilini, Luis Fernando Prado Telles, Fabio dos Santos Motta, Patricia Grechi dos Santos Barbosa,  
11 Mariana Lúcio de Oliveira. Justificaram: Raquel de Aguiar Furuie, Janine Schirmer, Fabricio Gobetti  
12 Leonardi e Gilberto dos Santos. Não justificaram: Emilia Inoue Sato e Daniel Arias Vasquez.  
13 Convidados presentes: Nicanor Rodrigues Silva Pinto, Adriano Natalio Di Santo, Maria Tereza Lopes  
14 Migliano, Claudia Galindo Novoa Barsottini, Cícero Inácio da Silva e Mario Bastos de Souza Junior. A  
15 Pró-Reitora iniciou a reunião com os **Informes 1) Apresentação do processo de implementação**  
16 **de curricularização:** Profa. Florianita ressaltou que todos receberam o material da apresentação.  
17 Profa. Ligia e Prof. Luis membros da comissão responsável pela etapa de implementação da  
18 curricularização realizaram a apresentação. Profa. Lígia fez um breve resumo das atividades feitas  
19 na primeira etapa pela comissão anterior (Raiane, Luciana, Fabricio e Simone) que fez o estudo para  
20 implementar a curricularização da extensão, ou seja, foi feito um diagnóstico das dificuldades e das  
21 possibilidades que resultou no relatório e convidou o prof. Luís para apresentar as atividades desta  
22 segunda comissão para a fase da implementação da curricularização da extensão. Prof. Luís disse  
23 que a partir do diagnóstico e do relatório da primeira comissão, que inclusive foi passado ao COEC,  
24 possibilitou identificar as questões fundamentais ou basilares sobre este processo, destacou também  
25 a necessidade de ter um afinamento sobre a compreensão do que é a extensão, há dúvidas e  
26 divergências de entendimento, inclusive no enquadramento do estágio, da pesquisa de campo,  
27 dentre outros. Disse também que há alguns professores que ainda acreditam que só por abrir vagas  
28 destinadas para a comunidade em determinado curso já seria considerado extensão e uma série de  
29 definições errôneas apontadas e descritas detalhadamente na apresentação, neste sentido, ele  
30 reforçou que precisa haver esse afinamento na interpretação do que é a atividade de extensão e a  
31 comissão precisa delimitar e trabalhar bastante este tema muito bem para que a curricularização  
32 ocorra de fato e que também considere-se a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.  
33 Destacou que existe a questão de como incluir e formalizar isto no currículo, de como calcular a  
34 carga horária, por isso a comissão fez um mapeamento, curso a curso, das ações presentes na  
35 grade de cada curso que já são consideradas extensão e daí surgiu as questões sobre como estas  
36 atividades são construídas, de como está o cadastramento delas e também a respeito dos  
37 indicadores. E neste sentido, a comissão visualizou a possibilidade de registrar via sistema o  
38 cadastramento de como as atividades serão desenvolvidas e dos indicadores, pensando também na  
39 formalização e integração das ações via sistema - SIEX, como projetos e programas podem figurar  
40 dentro do currículo e de como isto poderia aparecer no Siex, e, como o professor poderia identificar  
41 dentro da disciplina dele as ações extensionistas bem como definir a carga horária correspondente,  
42 considerado um problema de ordem sistêmica e pedagógica que precisa ser resolvido para que a  
43 carga horária seja computada no histórico dos alunos, em seguida, também relatou sobre a questão  
44 de como as horas da disciplina que foram destinadas a extensão serem computadas não só como  
45 ensino, ou seja, precisa resolver a sobreposição de atividades, outro ponto é se estas atividades de  
46 extensão poderiam contar para a progressão do docente? Isso foi questionado em reunião e também  
47 como seria caso o docente alegasse que cumpriu em sua disciplina as horas de extensão e de  
48 ensino. Profa. Ligia informou que pela LDB precisa cumprir no mínimo 08 horas de ensino, relatou

49 que existe o cuidado de identificar dentro das unidades curriculares o que pode ser considerado  
50 extensão, em seguida, exemplificou que um curso que tenha 5 mil horas deverá ter 500 horas com  
51 atividades extensionistas dentro destas 5 mil horas deste curso, ou seja, não são horas a mais, neste  
52 sentido, todos os esforços são para garantir a indissociação do ensino, pesquisa e extensão.  
53 Katiucia salientou o papel dos técnicos que podem ajudar nos projetos e programas e solicitou que  
54 seja viabilizado uma forma para que o técnico possa ter progressão na carreira a partir do momento  
55 que assume o papel de coordenador de projeto, isto poderia inclusive atrair mais pessoas para  
56 trabalhar e coordenar os projetos. Prof. Fábio parabenizou o trabalho realizado pela comissão e  
57 questionou como a comissão tem tratado o desafio de trabalhar estas atividades para turmas  
58 grandes, por exemplo, como fazer uma atividade de campo com 100 alunos. Prof. Nicanor ressaltou  
59 que existe uma dificuldade de caracterizar as ações de extensão e isso ocorre em toda universidade  
60 e pediu então para ter mais debate acerca de considerar somente Programas e Projetos e não  
61 cursos e eventos. Prof. Luís esclareceu que a escolha dos Projetos e Programas foi uma forma de  
62 organização e destacou que um projeto pode inclusive desenvolver um curso ou evento, ou  
63 seja, existe a possibilidade desde que esteja dentro do escopo de um projeto ou programa.  
64 Professor Sérgio esclareceu que as UCs não vão mudar porque ela tem objetivos e ementas, para  
65 cumprir o projeto pedagógico. O que vai mudar são as competências desta UC. Ao longo das UCs  
66 necessita ter mais oportunidades de extensão. Para esclarecer ao Prof. Fábio ele disse que o curso,  
67 como um todo, tem que disponibilizar uma gama de atividades para que os alunos possam atingir no  
68 histórico escolar essa carga horária, realmente existe a dificuldade quando se depara com uma  
69 turma de cem alunos, mas tem que refletir em conjunto para que o curso possa ofertar oportunidades  
70 suficientes para atender a todos eles. Profa. Florianita sugere que cada local, cada curso, continue o  
71 debate. Considerando que em 2020 deveremos atingir os 10%, podemos iniciar a curricularização da  
72 extensão o ano que vem e isso pode ser fragmentado, ou seja, pode iniciar com 4% e ir trabalhando  
73 para atingir os 10% até 2020. **Informe 2) Representante discente:** Pró-reitora apresentou a aluna  
74 Mariana, novo membro do COEC que representa os alunos de graduação e foi eleita e homologada  
75 pelo CONSU. **Informe 3) Processo seletivo da residência multiprofissional.** Profa. Solange  
76 informou que o Edital terá inscrições abertas de 20 outubro até 6 de novembro de 2016, esclareceu  
77 que no período anterior tinham 18 programas e agora tem 15, pois houve uma redistribuição de  
78 vagas mantendo 196 vagas e o total de bolsas de R1 e R2 (384) do ano de 2015. Os pagamentos,  
79 serão por GRU e a seleção será realizada pela VUNESP. Agradeceu as direções do campus São  
80 Paulo, Baixada Santista e a PROEC para o processo de contratação da VUNESP e da redistribuição  
81 das vagas. Profa. Florianita lembra do evento da AREMULTI nos dias 8 e 9 de novembro que é um  
82 evento importante com uma participação é muito ampla, sendo que, no ano passado lotou o Teatro  
83 Marcos Lindenberg e foi muito positivo. Profa. Solange disse que os residentes estão trabalhando  
84 muito para este evento e estão envolvendo os cursos de graduação e há inclusive divulgação para o  
85 país inteiro. **Informe 4) Plano de Cultura:** Profa. Florianita disse que o esboço do Plano de Cultura  
86 foi encaminhado para todos os conselheiros por e-mail e que este assunto está sendo discutido  
87 desde 2014 e, sob esta perspectiva e considerando as experiências obtidas ao longo deste tempo, o  
88 plano foi elaborado, em seguida reiterou que ele só terá um fechamento quando todas as câmaras  
89 apresentarem as propostas para serem incluídas nele. Em seguida disse que o COEC precisa  
90 discutir como fazer a captação de recursos para viabilizar este plano, sendo que ele configura uma  
91 continuidade do que já vem sendo discutido. A Pró-Reitora informou que a discussão será na  
92 próxima reunião do COEC quando todas as câmaras contribuírem. No entanto, entre outubro e  
93 novembro as câmaras podem se reunir via web. Katiucia sugeriu, para agilizar e conseguir fechar o  
94 plano ainda em 2016, formar um grupo de trabalho, com representantes de cada câmara, para já ter  
95 as informações. Assim, já teria uma pré-discussão para poder fechar até dezembro. Profa. Ilana  
96 esclareceu que o plano de cultura é um documento de diretrizes gerais e que deve representar o que

97 a universidade deseja fomentar. Não precisa entrar muito detalhamento. A estrutura deste primeiro  
98 rascunho de plano foi inspirada nos planos de outras universidades federais. Florianita lembra que  
99 estes planos longos e teóricos que serviram de base para o esboço do plano de cultura da UNIFESP  
100 são os que ganharam o edital “Mais Cultura nas Universidades” que a UNIFESP concorreu mas não  
101 foi contemplada. Profa. Ilana explica que não é um plano engessado e sim para balizar. Aceita a  
102 sugestão da Katiucia para ter representante de cada câmara. O orçamento proposto está dentro das  
103 experiências vivenciadas, a exemplo da Semana UNIFESP Mostra sua Arte. Outra demanda dos  
104 estudantes é ter uma incubadora de projetos culturais para inclusive pleitear outros financiamentos  
105 por editais. Portanto está centrado no que já existe da agenda de cultura da PROEC. Profa Sylvia  
106 sugeriu a revisão do plano de cultura, pois tanto o campus São Paulo como o campus Baixada  
107 Santista têm produzido atividades culturais há muitos anos. A introdução mesmo que seja sintética  
108 precisa contemplar esta história das atividades culturais que já eram produzidas. São citados alguns  
109 projetos e programas e, por exemplo, a UNIFESTA está incorporada na Semana UNIFESP Mostra  
110 Sua Arte, porém a UNIFESTA acontecia antes de iniciarem a Semana UNIFESP Mostra Sua Arte,  
111 neste sentido, disse que o plano de cultura precisa ser levado para além das câmaras, sendo assim,  
112 sugeriu levar para as congregações participarem desta importante discussão. Profa. Florianita  
113 esclareceu que esta discussão iniciou para concorrer ao Edital Mais Cultura nas universidades e que  
114 foi o que gerou a confecção deste plano, isso acontece há 2 anos. Profa. Sylvia pediu para revisar e  
115 esclarecer porque as pessoas precisam se enxergar no plano. Profa. Ilana pediu ajuda aos colegas  
116 porque não encontra facilmente tudo o que existe na universidade, pois não há registros ou acesso a  
117 informação. Esclareceu que tentou colocar as ações, mas sentiu muita dificuldade de acesso à  
118 informação das atividades culturais por falta do registro, até para colocar nos editais as atividades  
119 culturais que já existem. O conselho debateu sobre o fato da Vivência cultural ser mais antiga. Profa.  
120 Florianita sugeriu criar um grupo de trabalhos para discutir o plano de cultura formado por: Katiucia,  
121 Ilana, Mariana Chaves e Mariana Lucio. Profa. Ligia propôs que as câmaras se reúnam em seus  
122 campi, considerando o escasso tempo para finalizar, desta forma, não precisaria criar um GT mas  
123 cada CAEC mandaria por escrito as sugestões. Profa. Florianita sugeriu então que a Katiucia  
124 incorpore à equipe de cultura juntamente com Ilana, Renan e Ana Salvat. Katiucia esclareceu que  
125 pode participar mas contribuirá com um olhar das realidades do campus São José dos Campos e  
126 preocupou-se com a não representação dos demais campi, pois, o plano é essencial para a  
127 extensão. Profa. Ilana propôs o agendamento de uma reunião entre o COEC, de outubro a  
128 novembro, para participação presencial ou por videoconferência, assim todos podem participar.  
129 Profa. Florianita, concordou com a organização da reunião que Ilana propôs e reforçou que todos  
130 têm que participar para se sentirem contemplados pelo plano de cultura. Profa. Sylvia disse que este  
131 Plano de Cultura não pode ser ligada a uma gestão e frisou que ele faz parte de uma construção  
132 coletiva para a política de cultura da Unifesp. Profa. Florianita disse que está fazendo bons relatórios  
133 para que ocorra uma boa transição para qualquer pessoa que entre como pró-reitor da PROEC.  
134 Tendo verificado que havia quórum a Pró-Reitora iniciou a **Ordem do Dia: Pauta 1) Aditivo de**  
135 **prazo para a implantação do Núcleo Técnico-científico do Programa Nacional Telessaúde**  
136 **Brasil Redes da UNIFESP**. Professores Cícero e Claudia Galindo apresentaram o Telessaúde para  
137 pleitear o aditivo de tempo, com novo prazo previsto para 22 de maio de 2018. O projeto do  
138 Telessaúde é fruto de um convênio com o Fundo Nacional de Saúde, em que teve um descompasso  
139 na chegada do recurso pois embora o projeto foi assinado em dezembro de 2014, no entanto o  
140 recurso só chegou para a universidade em julho de 2015 sendo necessário um reajuste no prazo de  
141 execução. O público alvo deste projeto são profissionais de apoio, do nível médio e do nível  
142 superior, das unidades de saúde. O Telessaúde atinge 130 unidades de saúde, sendo 121 na cidade  
143 de São Paulo e 09 em outras cidades, sendo necessário um maior prazo para finalizar a implantação  
144 do núcleo. Profa. Sylvia, parabenizou o projeto e perguntou como ampliar a participação dos campi

145 neste projeto que consiste numa ferramenta de democratização da saúde, e o importante trabalho  
146 feito relacionado aos agentes comunitários de saúde e reiterou que o Campus Baixada Santista tem  
147 interesse em participar e contribuir com o Telessaúde. Prof. Cícero disse que o Telessaúde está em  
148 processo de implantação e assim que estiver desenvolvido e completo, vai sim realizar a capilaridade  
149 na universidade, articulando com outros departamentos e campi, mas neste momento não há esta  
150 possibilidade pois agora está no trabalho de de implantação em que o trabalho é difícil e é feito um a  
151 um, diretamente com os técnicos e Unidades básicas de saúde. Profa. Claudia Galindo esclareceu  
152 que o nosso Telessaúde não atende todo estado de São Paulo, existem regiões pré-estabelecidas  
153 pelo FNS e a Região da Baixada Santista não está sob nossos cuidados. Prof. Cícero informou que o  
154 Hospital Santa Marcelina, tinha um projeto ousado, mas não conseguiu executá-lo e devolveu  
155 integralmente o recurso para o Ministério, por conta deste motivo, o COSEMS pediu para a Unifesp  
156 repactuar o nosso plano tendo em vista estes municípios que ficaram de fora. Mas neste momento  
157 não temos como ampliar. Profa. Florianita colocou em votação o Aditivo de prazo para a implantação  
158 do Núcleo Técnico-científico do Programa Nacional Telessaúde ao qual foi aprovado por  
159 unanimidade. **Pauta 2) Regimento dos Cursos de Extensão e Eventos - UNIFESP** - Prof. Nicanor  
160 lembrou que na reunião anterior do COEC foi feita a discussão de alguns itens, sendo que,  
161 realizou a defesa da permanência do capítulo que trata das instâncias e Competências, que embora  
162 não seja algo para ser regulado pelo Regimento de cursos e eventos, existe o desejo de ser didático  
163 perante aos proponentes, principalmente os novos, no sentido de que eles tenham contato com as  
164 informações e possam se ambientar melhor com os trâmites, destacou que o Prof. Sérgio sugeriu  
165 suprimir o capítulo e alertou sobre as possíveis problemáticas de manter este capítulo neste  
166 regimento. Os conselheiros debateram o Artigo 5 e as questões referentes à: refletir o uso da  
167 palavra “julgar” e a consequente necessidade de dar pareceres, as estruturas das câmaras para  
168 realizar as avaliações, necessidade ou não da homologação da Congregação do Campus na  
169 aprovação dos cursos e eventos, do importante papel da câmara assessorar a congregação no  
170 processo de avaliação das propostas como também orientar os proponentes para seguir as normas  
171 da PROEC, das consequências burocráticas e dificuldades caso a proposta necessite da aprovação  
172 da câmara e também da homologação da congregação. A Pró-Reitora colocou em votação a retirada  
173 da palavra julgar do texto, sendo aprovada pela ampla maioria. Prof. Júlio alertou que com a retirada  
174 da palavra “julgar” a frase fica apenas com a palavra analisar, e, considerando que se a câmara só  
175 analisar as propostas isto não significa ter nenhuma tomada de decisão, neste sentido, sugeriu que  
176 neste trecho tenha a seguinte redação “analisar e deliberar” sobre as propostas. A Pró-reitora  
177 colocou em votação a proposta do Prof. Júlio que foi aprovada pela ampla maioria do conselho. Em  
178 seguida a Pró-Reitora colocou em votação a retirada ou não do trecho que trata da necessidade de  
179 levar a proposta para a homologação da congregação. Profa. Sylvia defendeu a permanência da  
180 homologação pela congregação e justificou que este é o fluxo que acontece na maioria dos  
181 conselhos centrais e ajuda no processo de divulgação dos cursos de extensão e eventos. Katiucia  
182 ponderou que se a aprovação das propostas dependerem da homologação da congregação isto  
183 pode prejudicar que a proposta chegue em tempo hábil para a PROEC e de serem registradas no  
184 sistema. Profa. Sylvia esclareceu que há formas de não prejudicar este processo, pois o diretor pode  
185 aprovar Ad referendum e depois pode homologar na reunião da congregação para dar maior  
186 publicidade e incentivar o maior envolvimento do campus. Profa. Florianita realizou a votação da  
187 proposta para a “permanência do trecho que trata da necessidade de levar a proposta para a  
188 homologação da congregação” e da “retirada do trecho que trata da necessidade de levar a proposta  
189 para a homologação da congregação” e o conselho aprovou a retirada da homologação da  
190 congregação, sendo assim, o texto ficou: analisar e deliberar sobre as propostas de ações de  
191 extensão apresentadas pela comunidade previamente aprovadas pelos chefes de departamento ou  
192 pelos diretores acadêmicos. Prof. Anderson justificou a abstenção dele tendo em vista o fato da



193 Câmara de Extensão e Cultura ser assessora da Congregação e disse que não faz sentido votar  
194 sendo que já existe um regimento dado. Prof. Sérgio informou que com esta decisão surge a  
195 necessidade de solicitar a alteração o Estatuto/Regimento Geral, pois consta que a responsabilidade  
196 de aprovar e avaliar é do COEC para todas as atividades de extensão, e no artigo 8 diz que as  
197 congregações têm como atribuições complementares encaminhar aos conselhos as propostas de  
198 criação, ou seja, mudou o teor do texto sendo necessário solicitar a alteração no Estatuto/Regimento  
199 da UNIFESP para ficar coerente. Artigo 5-inciso 4 sobre o acompanhamento e avaliações das ações.  
200 Profa. Ilana disse que há dificuldade para realizar o acompanhamento, isso tem a ver com a falta de  
201 estrutura das câmaras e também a falta de servidores nela, por isso, justificou que o próprio  
202 coordenador da ação deveria fazer esta avaliação. Prof. Nicanor esclareceu que o coordenador tem  
203 a responsabilidade de fazer um relatório sucinto e dessa forma a câmara tem condição de  
204 acompanhar descentralizadamente através deste relatório. Katiucia ponderou que no caso dos  
205 projetos e programas o coordenador de fato envia este relatório, no entanto, só vai para a PROEC,  
206 ou seja, para a câmara ter acesso ao relatório tem que solicitar para a PROEC e em seguida sugeriu  
207 que incluía esta responsabilidade do envio do documento para o coordenador e também se discuta o  
208 modelo de relatório que já contemple os dados necessários para construir os indicadores e que o  
209 documento seja enviado tanto para PROEC como também para a CAEC, e que esse envio seja  
210 atribuição do coordenador e se ele não entregar não possa ofertar outro curso/evento enquanto não  
211 resolver a pendência. Profa. Elizete sugeriu que este relatório possa ser utilizado como critério para  
212 avaliar a distribuição de bolsas. Prof. Nicanor em consonância com a discussão feita pelos  
213 conselheiros, sugeriu que o texto seja reformulado para que a CAEC fique responsável por “avaliar  
214 os relatórios de execução das ações realizadas” sendo que o coordenador ficará responsável pela  
215 confecção do relatório. Profa. Florianita alertou que esta decisão gera a necessidade de ajustar o  
216 SIEX. Profa. Sylvia sugeriu sintetizar os incisos 4 e 8 de maneira que um complete o outro de forma  
217 sucinta, sendo que, mais adiante pode formular no Siex uma forma para ajustar os dados que serão  
218 necessários para o relatório, desta forma, este detalhamento não precisará constar neste texto, e  
219 sugeriu a seguinte redação: acompanhar e avaliar as ações de extensão realizadas por meio dos  
220 relatórios elaborados pelos coordenadores das referidas ações. A Pró-reitora colocou a proposta de  
221 redação dada pela Profa. Sylvia em votação ao qual foi aprovado pelo conselho. Artigo 5-inciso 6 -  
222 que trata das CAECs participar de captação de recursos (..), Prof. Nicanor disse que houve  
223 sugestões na consulta pública, sendo que a primeira proposta é a de suprimir este inciso e a  
224 segunda proposta é de esclarecer que a captação de recursos é de responsabilidade apenas do  
225 proponente. Katiucia ponderou que a CAECs participar de captação de recursos pode ter duas  
226 interpretações: uma em que a câmara receberia algum recurso daquilo que foi captado pelo  
227 proponente e a outra em que a câmara busca a captação do recurso junto com o proponente para  
228 realizar a ação. Profa. Ilana disse que em Guarulhos foi discutido e chegaram a conclusão que isso  
229 não pode ser obrigatório para a CAEC mas que a câmara pode colaborar na captação. Prof.  
230 Anderson frisou sobre a CAEC dar suporte nos processos da captação e execução de recursos para  
231 realizar ações de extensão, pois entendemos que é de responsabilidade do proponente buscar a  
232 captação, porém ele pode se deparar com questões burocráticas e a câmara pode dar o suporte para  
233 que o proponente capte o recurso e também consiga executá-lo. Profa. Florianita esclareceu que  
234 nestas questões há outras instâncias envolvidas, disse que a Procuradoria orientou sobre a  
235 necessidade da universidade realizar a abertura do chamamento público, para que as empresas e  
236 ONGs manifestem o interesse em dar apoio financeiro para alguma atividade realizada na  
237 universidade, ou seja, não podemos receber o apoio de uma empresa pela simples manifestação de  
238 interesse em algum projeto pontualmente, precisa passar pela etapa do chamamento público e  
239 seguir as regras estabelecidas em edital próprio, ressaltou em seguida que as câmaras podem se  
240 instrumentalizar e dialogar com os demais setores para dar apoio e estimular os coordenadores a

241 fim de facilitar a captação dos recursos mas isso não é entendido como uma responsabilidade da  
242 câmara, o processo de realizar a captação de recursos. Profa. Sylvia sugeriu que o texto seja para a  
243 CAEC “apoiar o processo de captação de recursos para realização das ações de extensão,  
244 considerando as normativas internas da Unifesp”, ou seja, para indicar que podemos dar o apoio e  
245 tendo em vista o indicativo dos editais e demais regras. Verificado o debate e consenso entre os  
246 conselheiros, Katiucia disse que se houver a troca da palavra “participar” pela palavra “apoiar” pode  
247 manter a proposta da Profa. Sylvia. A Pró-Reitora colocou em votação a proposta de texto “apoiar o  
248 processo de captação de recursos para realização das ações de extensão, considerando as  
249 normativas internas da Unifesp” sendo esta redação aprovada pelo conselho. Prof. Nicanor  
250 apresentou a redação do Artigo 5-inciso 8 “ avaliar e aprovar relatórios das ações de extensão  
251 quanto ao cumprimento dos objetivos, resultados obtidos, contribuição em relação ao ensino,  
252 pesquisa e extensão e encaminhar para a validação na PROEC” ao qual teve uma contribuição na  
253 consulta pública com sugestão de usar um formulário de preenchimento on-line. Katiucia ressaltou  
254 que este item vai na mesma direção do debate feito anteriormente, a única diferença é que este texto  
255 indica que a CAEC precisa aprovar o relatório antes de passar para a PROEC. Prof. Nicanor  
256 ressaltou que a reforma do SIEX está focado no credenciamento das ações para garantir o  
257 preenchimento dos dados on-line, então temos que trabalhar para que não se simplifique apenas  
258 num cadastro, sendo necessária uma continuidade ao final com uma aba que possibilite o  
259 preenchimento de um relatório para que o coordenador possa concluí-lo, em seguida destacou que a  
260 CAEC por estar mais próxima de onde ocorrem as ações, possui melhor condição para acompanhar  
261 as ações mesmo que on-line. Profa. Florianita colocou em votação a manutenção do texto proposto  
262 no Artigo 5- inciso 8, ao qual foi aprovado pelos conselheiros. Profa. Florianita sugeriu para o  
263 conselho a realização de uma Reunião Extraordinária para finalizar o debate sobre o regimento,  
264 sendo indicado o dia 03 de novembro de 2017. Não havendo mais tempo hábil a Pró-reitora  
265 encerrou a sessão.